



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

BOLETIM OFICIAL

PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

PORTARIA Nº 001/2026

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE TAPEROÁ, Estado da Paraíba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia-se os servidores **JOSE ALBERTO ARAÚJO DE QUEIROZ**, inscrito no CPF: 078.011.084-69 e **REJANIO CAMPOS FERNANDES**, inscrito no CPF: 038.895.774-31, para exercer as funções de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO** do Município de Taperoá-PB, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º Nomeia-se os servidores: **FLÁVIO MARCOS ALVES MACIEL**, inscrito no CPF: 053.317.454-66; **GEILZA CAMILO DE SOUZA**, inscrita no CPF: 053.363.024-06 e **JOSÉ MAILTON SÉRGIO**, inscrito no CPF: 058.084.174-06, **FABRÍCIA EMANUELA TRAJANO DE SOUSA**, inscrita no CPF: 053.371.664-09, para exercerem a função de **EQUIPE DE APOIO DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS** derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Nomeia-se o servidor **JOSÉ AIRES DE LIMA JÚNIOR**, inscrito no CPF: 044.222.964-00, para exercer a função de **SUPLENTE** da **EQUIPE DE APOIO DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS** derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput do Artigo 2º auxiliarão os Agentes de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições e Artigo 3º caso necessário.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

Art. 4º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e dos Pregoeiros a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Taperoá, Estado da Paraíba, em 02 de janeiro de 2026.


GEORGE CIRO MONTEIRO DE FARIAS
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

PORTARIA Nº 002/2026

O Prefeito Constitucional do Município de Taperoá, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos que preceitua a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e demais Legislações em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar o(a) senhor(a) **SANDOMAR VIEIRA PINTO JÚNIOR**, do cargo em Comissão de **COORDENADOR DA DIVISÃO DE APOIO À ECONOMIA CRIATIVA** da Secretaria de Turismo, Cultura e Economia Criativa - SETUR - constante na Estrutura Organizacional desta Prefeitura, símbolo CC – III.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Taperoá-PB, 02 de janeiro de 2026.


GEORGE CIRO MONTEIRO DE FARIAS
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

PORTARIA Nº 003/2026

O Prefeito Constitucional do Município de Taperoá, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos que preceitua a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e demais Legislações em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear o(a) senhor(a) **SANDOMAR VIEIRA PINTO JÚNIOR**, para exercer em Comissão o cargo de **SUPERINTENDENTE DE ESPORTE E LAZER** da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer - SEJUEL - constante na Estrutura Organizacional desta Prefeitura, símbolo CCIV, com os vencimentos conforme estabelecido na referida Lei e alterações posteriores.

Art. 2º. Compete ao **Superintendente de Esporte e Lazer**, a prática de todos os atos necessários ao desempenho de suas atividades, em conformidade com as normas legais pertinentes.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Taperoá-PB, 02 de janeiro de 2026.


GEORGE CIRÓ MONTEIRO DE FARIAS
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

PORTARIA Nº 004/2026

O Prefeito Constitucional do Município de Taperoá, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos que preceitua a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e demais Legislações em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear o(a) senhor(a) **MÁRCIO EDGLAITON ROSA FARIAS**, para exercer em Comissão o cargo de **COORDENADOR DE SAÚDE DO TRABALHADOR** da Secretaria de Municipal de Saúde - constante na Estrutura Organizacional desta Prefeitura, símbolo CC - III, com os vencimentos conforme estabelecido na referida Lei e alterações posteriores.

Art. 2º. Compete ao **Coordenador de Saúde do Trabalhador** a prática de todos os atos necessários ao desempenho de suas atividades, em conformidade com as normas legais pertinentes.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Taperoá-PB, 02 de janeiro de 2026.


GEORGE CIRO MONTEIRO DE FARIAS
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

ATA DE FUNDAÇÃO

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da futura organização localizado na rua Rita de Assis Melo, S/N, São José, Taperoá-PB, estando presentes os idealizadores da instituição e várias pessoas representantes da sociedade civil, reunidos e tendo na ocasião sido introduzidos a proposta da organização, a trajetória de criação e planejamento dos atos constitutivos, o estatuto e das diretrizes da instituição, havendo sido apresentado a todos os presentes os valores, missão e visão da OSC, tendo espaço de fala os fundadores e expressado todo o projeto e suas formas de atuação, já concluídos as fases de avaliação, organização e planejamento e sendo do acordo e da aprovação de todos os presentes, fica assim fundada e inaugurada a **ONG|OSC – ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**. Após as considerações finais dos fundadores, definiu-se o marco de fundação e encaminhou-se para que todos os processos de habilitação jurídica e eleição da primeira mesa diretiva fossem realizados dentro do tempo hábil a fim da criação do CNPJ e demais instrumentos legais para o funcionamento efetivo da recém criada instituição. Cumprindo-se o objetivo do evento, e dando por encerrado, eu José Anderson Gomes Adilson, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 126.931.434-38 e RG 4.275.607, redigi e certifico essa ata dando-lhe o devido valor de verdade e encaminhando para devidas assinaturas dos fundadores e de no mínimo duas testemunhas, tão logo assinada seguir-se-á para registro e reconhecimento notarial em cartório e ou instâncias devidas de outorga para que se faça cumprir os seus efeitos legais. Declaramos sob pena da lei, que a presente cópia é transcrição fiel e integral da Ata lavrada em 02 do março de 2024, no livro 01, as fls02, da Associação Cultural Terra dos Fortes



Antônio Marcos Rodrigues Santos

e


Maria Alcileide da Silva

Fundadores

Testemunhas:

1. 
2. 

Taperoá-PB, 02 de março de 2024



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES

02/03/2024

LISTA DE PRESENÇA

João Anderson Gomes Adilson
Mariana Adelaide da Silva
Felipe Parreira da Silva
Eunaldo S. Araújo
Lucas Batista Gama
Juliana Soares Bezerra da Silva
João Rodrigo Dias de Deus
Antônio Emanuel Nunes Diniz
Cláudio Silva Araújo
Laila de Araújo Rodrigues
Lúcia Maria Silva de Araújo
Márcia Edgarda Paes de Almeida
Anderson Gomes da Silva
Eduardo dos Santos Araújo
Débora Patrícia de Araújo
Ináclia de Oliveira Costa
Márcia Maria Batista Gama
Samuel Costa Diniz
Rafaela Ribeiro Soares
Luiz Carlos de Albuquerque
Antônio Emanuel de Araújo
Marta de Almeida Soares da Silva
Jailson de Almeida
João de Deus Santos Silva
Antônio Marcos R. Santos

Taperoá - PB, 02 de março de 2024



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora da Junina Terra dos Fortes convoca todos os participantes e demais interessados a participarem no dia 02 de março de 2024, no PMAP Monsenhor Manoel Vieira, às 18:00hrs, do encontro no qual serão tratados os seguintes pontos:

- Leitura e Aprovação do Estatuto Social da pretendida Associação Cultural Terra dos Fortes
- Deliberação sobre a Fundação da Associação Cultural Terra dos Fortes

Aguardamos a presença de todos!

Taperoá-PB, 16 de Fevereiro de 2024


Antônio Marcos Rodrigues Santos

Comissão Organizadora



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO PRIMEIRO

DO NOME E DA NATUREZA JURÍDICA

Artigo 1º. Sob denominação **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**, também, designada apenas como **JUNINA TERRA DOS FORTES**, fica instituída essa Organização Civil, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, e que regerá por este ESTATUTO, e pelas normas legais pertinentes.

CAPÍTULO SEGUNDO

DA SEDE E ABRANGÊNCIA

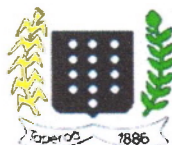
Artigo 2º. A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** terá sua sede e foro na cidade de Taperoá, Estado da Paraíba, cito a rua Rita de Assis Melo, S/N, São José – CEP 58.680-000, podendo atuar e abrir filiais ou agências em outras cidades ou unidades da Federação, bem como, no exterior.

Artigo 3º. O prazo de duração da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** é indeterminado.

CAPÍTULO TERCEIRO

DOS OBJETIVOS

Artigo 4º. A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** tem por finalidade desenvolver ações diversas para o desenvolvimento integral infanto-juvenil, o combate as vulnerabilidades sociais que envolvem essa população como o uso de drogas, maus tratos e quaisquer tipos de violência, através de atividades artísticas e culturais tais como: Teatro, Dança, Música e qualquer outra que em momento oportuno venha a ser benéfica e pertinente ao alcance do objetivo anteriormente citado estimulando o crescimento e desenvolvimento da organização e de sua população alvo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

Parágrafo único – Para a consecução de suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar e executar ações e projetos visando:

I – Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

II – Oferecer, promover e ministrar cursos livres de formação artística, cultural, educacional, profissional, capacitação, reciclagem, qualificação e requalificação profissional podendo assinar convênios com órgãos particulares e públicos, estes municipais, estaduais, federais, da união e internacionais.

III – A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** deverá estabelecer um modelo de gestão de qualidade, com enfoque sistêmico e metodológico, com a finalidade de atingir e preservar um equilíbrio dinâmico entre os meios e finalidades, no âmbito administrativo, visando a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação e demais meios de captação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações Sem fins lucrativos ou não e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

IV – No desenvolvimento de suas atividades a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Artigo 5º. A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, plano de ações correlatas, por meio das doações e demais métodos de captação de recursos físicos, humanos e financeiros necessários a manutenção da organização e concessão dos seus serviços, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou não, e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Artigo 6º. A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** é uma organização autônoma, laica e apartidária e não se envolverá em quaisquer questões que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

CAPÍTULO QUARTO


José Humberto Cardoso de Queiroz
ADVOGADO
OAB/PB 23.497



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES E DEMISSÃO DOS ASSOCIADOS

Artigo 7º. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES é constituída por número ilimitado de associados, sujeitos ou não a contribuição mensal por decisão da Diretoria executiva, os quais serão das seguintes categorias: Fundadores, colaboradores e beneméritos.

Artigo 8º. São associados fundadores, as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que assinaram os atos constitutivos da entidade do presente Estatuto.

Artigo 9º. São associados colaboradores pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES.

Artigo 10º. São considerados associados beneméritos, todas as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que tenham prestado ou estejam prestando relevantes serviços para o desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES.

Artigo 11º. Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES, nem pelos atos praticados pelo Presidente ou Diretoria.

Parágrafo primeiro – Para a admissão de associados beneméritos será exigido o voto concorde de maioria simples dos presentes à Assembléia Geral, por proposta devidamente justificada pela Diretoria Executiva.

Parágrafo segundo – É permitido ao associado solicitar sua demissão da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES, mediante aviso por escrito ao Diretor Presidente.

Artigo 12º. São direitos dos associados:

- I – Participar de todas as atividades associativas;
- II – Participar das assembleias gerais e extraordinárias, com direito a voz e voto;
- III – Votar e ser votado para os cargos eletivos da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

IV – Solicitar, a qualquer tempo, informações relativas às atividades da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**;

Parágrafo primeiro – os direitos sociais previstos neste estatuto são pessoais e intransferíveis.

Parágrafo segundo – No que tange ao inciso III, o associado deverá encontrar-se adimplente, nunca ter sofrido advertência, suspensão ou exclusão da Organização e ter no mínimo 02 (dois) anos consecutivos como associado à **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**.

Artigo 13º. São deveres dos associados:

I – Observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos e da sociedade;

II – Cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** e difundir seus objetivos e ações;

III – Acatar as determinações da Diretoria Executiva;

IV – Zelar pelo bom nome da associação junto à comunidade;

V – Adimplir com a mensalidade mínima;

Parágrafo único – Os associados, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**.

CAPÍTULO QUINTO
DAS PENALIDADES E EXCLUSÃO

Artigo 14º. Os associados efetivos ou fundadores e colaboradores estão sujeitos às penalidades sucessivas de advertência, suspensão e exclusão, nos casos de:

I – Ausência a três assembléias gerais consecutivas sem justificativas;

II - Infringir os princípios éticos que pautam a conduta dos associados dentro e fora da associação;

III – levar a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;

IV – Inadimplência em relação ao pagamento de sua contribuição anual, referente ao exercício anterior;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

V – Difamar a Organização ou praticar condutas que levem a ferir as práticas e imagem da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**.

Parágrafo primeiro – Compete a diretoria Executiva a aplicação das penalidades de advertência, suspensão ou exclusão do associado;

Parágrafo segundo - A penalidade de exclusão será aplicada, ouvido previamente o acusado, cabendo dessa decisão recurso a Primeira Assembléia, ordinária ou extraordinária, que vier a se realizar;

Parágrafo terceiro – O recurso deverá ser formulado pelo associado excluído, no prazo de 10 (dez) dias da divulgação da decisão, e terá efeito suspensivo;

Parágrafo quarto – A exclusão do associado só será admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure o direito de defesa e de recurso, pelo voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, com menos de um terço dos associados;

Parágrafo quinto – Quando o infrator for membro da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal, as penalidades de advertência, suspensão e exclusão, serão aplicadas pela Assembléia Geral;

Parágrafo sexto – Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**.

CAPÍTULO SEXTO

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 15º - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Organização e é constituída pelos associados da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 16º - A Assembléia Geral será presidida pelo presidente da Diretoria Executiva ou pelo seu substituto legal que terá o voto de qualidade em caso de empate nas


José Humberto Cardoso de Queiroz
ADVOGADO
OAB/PB 23.497



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

votações e as funções de secretário serão desempenhadas por qualquer dos associados, escolhidos por aclamação pelos presentes.

Artigo 17º - A Assembléia Geral reunir-se-á:

I – Ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** ou pela Diretoria Executiva, ou pelo Conselho Fiscal ou por 1\5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos estatutários;

II – As reuniões da Assembléia Geral serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta do total de associados com direito a voto, e, em segunda convocação, na mesma data e local, trinta minutos depois da convocação anterior, com qualquer número, deliberando pela maioria de votos dos presentes;

III – Para as deliberações referentes a nomeação ou destituição dos administradores, autorização para alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes à **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** é exigido o voto concorde da maioria absoluta dos associados presentes a assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço em segunda convocação, na mesma data e local, trinta minutos após a primeira convocação, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo único – Terão direito a voto nas assembléias todas as categorias de associados: fundadores, beneméritos e colaboradores, este último desde que em dia com sua contribuição.

Artigo 18º - Compete a Assembléia Geral Ordinária:

I – Homologar a prestação de cotas anual, os balanços, os relatórios de desempenho financeiro e contábil, bem como, as operações patrimoniais realizadas no exercício findo aprovados pelo conselho fiscal;

II – Aprovar o orçamento anual e o programa de trabalho propostos pela Diretoria Executiva;

III – Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva.

Artigo 19º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

I – Nomear ou destituir os administradores;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

II – Autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre bens pertencentes a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**;

III – Deliberar sobre a proposta de absorção ou incorporação de outras entidades;

IV – Deliberar sobre a reforma ou alterações do Estatuto;

V – Deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Artigo 20º - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

Artigo 21º - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** e a destinação do patrimônio social somente ocorrerá em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 22º - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante edital a ser fixado na sede da entidade, eletronicamente no site da Organização, bem como, em jornal de grande circulação na cidade sede, ou por qualquer outro meio reconhecido legalmente, com pauta dos assuntos a serem tratados.

CAPÍTULO SÉTIMO

DA ADMINISTRAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Artigo 23º - A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** tem como órgãos deliberativos e executivos a assembléia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Artigo 24º - A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** não remunera seus dirigentes, enquadrando-se nas imunidades previstas na legislação vigente, cumprindo as exigências dos Art. 150, inciso VI, alínea “c”, da Constituição, Art. 12, § 2º, “a”, da Lei nº 9.532.

Parágrafo único – poderão ser remunerados, os contratos de prestação de serviços específicos, respeitando os valores praticados pelo mercado na região correspondente a sua área de atuação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 25º - A Diretoria Executiva será constituída por um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

Artigo 26º - O Presidente será substituído pelo Vice-presidente no caso de impedimento, ausência ou renúncia.

Artigo 27º - O mandato dos diretores será de 03 (três) anos, podendo ou não serem reeleitos, não havendo vedações para recondução.

Artigo 28º - Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria executiva a vaga será preenchida por um associado indicado pelo Diretor Presidente, e exercerá a função até o término do mandato dos demais membros eleitos.

Artigo 29º - Os mandatos dos diretores prorrogar-se-ão, automaticamente até a posse dos que sejam eleitos para substituí-los.

Artigo 30º - Não poderão ser eleitos para diretoria ou conselho fiscal, os associados que exerçam cargos políticos, religiosos ou façam parte diretiva de outras organizações com o mesmo objeto e/ou associações.

Artigo 31º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinária e extraordinariamente se suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, exigida a presença de pelo menos dois de seus diretores, além do Presidente.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente o direito ao voto de qualidade.

Artigo 32º. Compete a Diretoria Executiva:

- I - Elaborar e aprovar a prestação de contas e o relatório anual das atividades, para encaminhamento ao conselho fiscal;
- II - Estabelecer o valor da mensalidade para os associados contribuintes;
- III - Administrar as instalações e compete ao Presidente o patrimônio zelando pela sua manutenção;
- IV - Elaborar e executar o orçamento anual;
- V - efetuar o registro dos fatos econômicos e financeiros;
- VI - Executar as decisões da Assembleia Geral;
- VII - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, bem como, propor alterações necessárias, cuja vigência passará a valer, 30 (trinta) dias após seu registro.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

Artigo 33º - O relatório anual de atividades, com a prestação de contas do período, deverá ser apresentada ao conselho fiscal, até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano, afim de receber parecer conclusivo.

Artigo 34º - No prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação referida no caput deste artigo, o conselho fiscal deliberará e emitirá parecer, encaminhando-o à apreciação da Assembléia Geral.

Artigo 35º - Compete ao Presidente:

I – Representar a associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, bem como perante terceiros em geral, podendo nomear procuradores em nome da Organização, com poderes específicos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração;

II – Coordenar as atividades dos diretores adjuntos;

III – Coordenar e dirigir as atividades gerais específicas da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**;

IV – Celebrar convênios e realizar a filiação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** a instituições ou organizações, por delegação do Presidente;

V – Representar a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades de interesse da Organização;

VI – Contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**;

VII – Assinar, em conjunto como Tesoureiro, quaisquer documentos relativos às operações ativas da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**, inclusive ordens de pagamento, cheques, contratos e convênios;

VIII – Designar auxiliares para funções específicas;

IX – Convocar e presidir as reuniões da diretoria executiva;

X – fazer produzir anualmente relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos, bem como os pareceres de Auditores Independentes, quando houver, ou Conselho Fiscal, sobre os balancetes e balanço anual.

Parágrafo único – É vedado a qualquer membro da diretoria ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**;

Artigo 36º - compete ao Vice-presidente:


José Humberto
ADVOGADO
OAB/PB 23.4.1



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

I – Substituir o presidente em suas faltas e impedimentos;

II – Auxiliar o Presidente em suas atribuições;

Artigo 37º - Compete ao Secretário:

I – Secretariar as reuniões da diretoria executiva e redigir as atas;

II – Coordenar as atividades de secretaria;

III – Substituir o Vice-presidente em suas faltas e impedimentos.

Artigo 38º - Compete ao Tesoureiro:

I – Coordenar as atividades da tesouraria;

II – Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos;

III – Elaborar o relatório financeiro mensal;

IV – Elaborar, semestralmente, o balancete com Auxílio do Departamento de Contabilidade;

V – Manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos a tesouraria;

VI – Sistematizar, alertar e orientar sobre processos, condutas e situações econômicas e financeiras da Organização;

VII – Substituir o Secretário, em suas faltas ou impedimentos.

CAPÍTULO OITAVO

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 39º - O conselho fiscal, órgão de controle interno, é constituído por três membros efetivos e três membros suplentes, sendo associados em pleno gozo de suas prerrogativas estatutárias, eleitos pela assembléia geral, permitida apenas uma recondução.

I – O mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva;

II – Ocorrendo o afastamento provisório de qualquer um dos conselheiros titulares, caberá ao suplente substituí-lo, até o fim do mandato para o qual foi eleito;

III – Em caso de afastamento definitivo de qualquer um dos conselheiros, a vaga será preenchida por um associado indicado pelos demais membros do conselho fiscal, até o término do mandato dos conselheiros eleitos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

Parágrafo único – é permitida a participação de servidores públicos na composição do Conselho Fiscal, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

Artigo 40º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Escolher, em cada reunião, um dos membros para dirigir os trabalhos;
- II – Examinar e opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.
- III – Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- IV – Propor a Diretoria Executiva a convocação e reunião conjunta, afim de tratar de assuntos julgados relevantes;
- V – Requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**.

Parágrafo único – o Conselho Fiscal se reunirá a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO NONO

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 41º - A prestação de contas da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES observará as seguintes normas:

- I – Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II – A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto a Receita Federal do Brasil e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III – A realização da auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO DÉCIMO

DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO

Artigo 42º - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES é constituído de todos os bens e direitos que lhe couberam e pelos vier a possuir, no exercício de suas atividades, sob a forma de subvenções, contribuições e doações, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus, incluindo doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e internacionais.

Artigo 43º - No caso de dissolução da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha as mesmas finalidades.

Artigo 44º - Na hipótese da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou a qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha as mesmas finalidades.

Parágrafo primeiro – A alienação ou permuta de bens, para a aquisição de outros mais adequados, serão decididos pela Diretoria Executiva, com prévia aprovação da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo segundo – a ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores e subventores.

Artigo 45º - As fontes de recursos para manutenção da ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES constituir-se-ão de contribuições regulares dos associados, da prestação de serviços contratados ou conveniados com outras entidades, doações e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, projetos, parcerias de apoio financeiro, e pelos rendimentos produzidos pelo seu patrimônio.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

CAPITULO DECIMO PRIMEIRO

DO REGIME FINANCEIRO

Artigo 46º - O exercício financeiro da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 47º - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros 120 (cento e vinte) dias do ano seguinte à Assembleia Geral, para análise e aprovação.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

DA DISSOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 48º - No caso de dissolução da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**, a Diretoria Executiva procederá a liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas, e todos os demais atos de disposições que estimem necessários.

Artigo 49º - Dissolvida a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99. Preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 50º - Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**, ou pela forma abreviada **“JUNINA TERRA DOS FORTES”**, fica instituída esta organização civil sem fins lucrativos, e que regerá por este estatuto, e pelas normas legais pertinentes.

Artigo 51º - A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** não distribuirá, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro, bem como, aplicará integralmente no território nacional suas rendas,



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

recursos e eventual resultado operacional, exclusivamente na manutenção e desenvolvimento das finalidades institucionais.

Artigo 52 ° - a ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES em observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Artigo 53° - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES observará as normas de prestação de contas que determinarão, no mínimo:

I – A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os a disposição para exame de qualquer cidadão.

III – a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela **ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES** será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da constituição Federal revisado pela Emenda Constitucional nº 19 de 1988.

Artigo 54° - É vedado a ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES, como associação civil sem fins lucrativos, a participação em campanhas de interesse político-partidária ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 55° - É expressamente proibido o uso da denominação social que envolvam a ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.


José Humberto Cardoso de Queiroz
ADVOGADO
OAB/PB 23.497



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

Artigo 56° - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e ratificadas ou não pela Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, que se seguir a decisão tomada.


Artigo 57° - Este estatuto entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

Artigo 58° - Institui-se para dirimir quaisquer demandas referentes a esta organização, ainda que qualquer outra mais privilegiada, o foro da Comarca de Taperoá-PB.

Taperoá-PB, 02 de março de 2024


Antônio Marcos Rodrigues Santos

Fundador


Maria Alcileide da Silva

Fundadora


José Humberto Cardoso de Queiroz

Advogado

OAB/PB – 23.947



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da instituição, localizado na rua Rita de Assis Melo, s/n, São José, Taperoá-PB, estando presentes as pessoas interessadas no desenvolvimento e acompanhamento da Instituição Associação Cultural Terra dos Fortes, já havendo anteriormente sido devidamente inaugurada, elegeu-se por unanimidade e em ato contínuo se deu posse a primeira mesa diretiva da **ONG|OSC – ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA DOS FORTES**, para o mandato de agosto de 2024 à março de 2027, respeitando o período de mandato da diretoria estabelecido nos atos constitutivos da organização, assim ficaram ativos para os cargos: **Presidente** -Antônio Marcos Rodrigues Santos, Solteiro, Coreógrafo, inscrita no CPF 093.598.964-11 e RG 3631.280 – SSDS\PB, residente e domiciliado à rua Rita de Assis Melo, S/N, São José, Cep 58.680-000, Taperoá-PB; **Vice-presidente** – Maria Alcileide da Silva, divorciada, professora, inscrita no CPF 055.534.144-58 e RG 2678226 SSP\PB, residente e domiciliada à Rua Rita de Assis Melo, 214, São José, CEP 58.680-000, Santana do Taperoá-PB; **Tesoureiro** –Ozênia Sibelli Vilar de Araújo, doméstica, solteira, inscrita no CPF 076.327.444-52 e RG 2905545 SSP\PB, residente e domiciliada à Rua Major Juscelino Vilar, Centro, CEP 58.680-000, Taperoá-PB; **Secretário** – Felipe Cassemiro da Silva, professor, solteiro, inscrito no CPF 705.589.604-56 e RG 662598969 SSP\SP, residente e domiciliado à rua Geminiano Limeira, 68, São José, CEP: 58.680-000, Taperoá – PB; **Conselho fiscal** – Verônica Martins Vivas dos Santos, agricultora, casada, inscrita no CPF 129.856.207-40 e RG 209442532 DETRAN\RJ, residente e domiciliada à rua José Moreira, S/N, São José, CEP 58.680-000, Taperoá-PB; Camile Vitória Paulo dos Santos, estudante, solteira, inscrita no CPF 164.832.214-01 e RG 4768026 SEDS\PB, residente e domiciliada à rua Cecília Ferreira de Sales, S/N, São José, CEP 58.680-000, Taperoá-PB; Anna Carolinny Rodrigues de Souza, estudante, casada, inscrita no CPF 166.331.274-56 e RG 4780740 SSDS\PB, residente e domiciliado à rua Marcionila Alves, S/N, Marcos Vicente, CEP 58.680-000, Taperoá-PB. **Suplência do Conselho Fiscal** -João Paulo dos Santos, agricultor, casado, inscrito no CPF 052.554.554-90 e RG 28738958-9 DETRAN\RJ, residente e domiciliado à rua José Moreira, S/N, São José, CEP 58.680-000, Taperoá-PB; Luiz Eduardo de Oliveira Souza, autônomo, solteiro, inscrito no CPF 126.926.324-27 e RG 4701376 SSP\PB, residente e domiciliado à rua Geminiano Limeira, S/N, São José, CEP 58.680-000, Taperoá-PB; Bruno



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

Henrique de Oliveira Xavier, coreógrafo, casado, inscrito no CPF 165.775.574-62 e RG 4774103 SSDS/PB, residente e domiciliado na Rua Vila Nova do Alto, S/N, Alto, CEP 58.680-000, Taperoá-PB. Havendo sido devidamente eleitos e empossados e cumprindo-se o objetivo do evento e dando por encerrado, eu José Anderson Gomes Adilson, participe da ocasião e escolhido para ofício de registro dos atos do evento, redigi e certifico essa ata dando-lhe o devido valor de verdade e encaminhando para devidas assinaturas da mesa diretiva recém elegida, tão logo assinada seguir-se-á para registro e reconhecimento notarial em cartório e ou instâncias devidas de outorga para que se faça cumprir seus efeitos legais. Declaramos sob pena da lei, que a presente cópia é transcrição fiel e integral da Ata lavrada em 09 de agosto de 2024, no livro 01, as fls 04 e 05, da Associação Cultural Terra dos Fortes

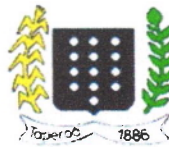
Presidente. *Antônio Manoel Rodrigues Santos.*

Vice-Presidente. *Marcos Alcides da Silva*

Tesoureiro. *Ozânia Sibelli Silva de Araújo*

Secretário. *Felipe Cassimiro da Silva*

Taperoá-PB, 09 de Agosto de 2024



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I



1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

09 DE AGOSTO DE 2024

LISTA DE PRESENÇA

01	Patricia Karoline Nelmira Silva
02	Letícia Nayane Andrade de Sousa
03	Felipe Muzamilo da Silva
04	João Vitor Sousa dos Santos
05	Maria Helena Soares da Silva
06	Martha Helena Soares da Silva
07	João Felipe Pereira da Monte
08	Verônica M. Vivas dos Santos
09	Isis de Jesus dos Santos
10	João Paulo da Silva
11	Diana Elvira da Silva
12	Antônio C. Guedes
13	Maria Eduarda Rodrigues Sousa
14	João Vitor Sousa dos Santos
15	Luca Batista Soares
12	Mário Aguiar Matias Sacramento de Oliveira
13	Wladimir Henrique Almeida Sousa Lima
14	Wladimir de Sousa Oliveira
15	Tamires Costa Diniz
16	João Lucas Silva
17	Cláudio Ribeiro Gomes
18	Nicole Maria dos Santos
19	Estevão Gabriel Souza Ribeiro
20	Maria Carmemely Gomes Soares
21	Jonas da Silva
22	Raulany Vitoria Andrade Soares
23	Wilmington de Sousa Oliveira
24	Marcos Antônio Martins de Sousa
25	Edio Augusto Barboza da Silva
26	Isaac Emanuel Gomes Santos
27	Sandra Trajano de Souza Silva
28	Amanda Kelly Talisio Ramos
29	João Victor M. dos Santos
30	Marianne Trajano Rodrigues Brasil
31	Marianne Trajano Rodrigues Brasil
32	Weslerton Kauê de Sousa Sousa
33	Cláudio Sousa Andrade Silva



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I



34	João Manuel Lago Silva
35	Maria Inês Almeida Barbosa
36	Helena Augusta dos Santos Silva
37	Regina Maria Santos Gomes
38	Mary Aparecida Zepeta Sales
39	Elita Carvalho J. de Oliveira
40	Marcela da Silva Gomes
41	Anny Costa Ribeiro
42	Kathane Renato Melo
43	Georgiana dos Santos Moura
44	Carlos Henrique Ribeiro Lima
45	Marcelo Sousa Santos
46	Robson Rômulo Soares Catanduba
47	David Henrique de Oliveira Sales
48	Anna Carolina Rodrigues de Souza
49	Glauco Yuri Patrício Alves
50	Andersonson de Oliveira Silva
51	Anderson Gomes da Silva
52	Maria Eduarda Andrade Ramos
53	Luiz Eduardo de Oliveira Souza
54	João Victor Santos Silva
55	Micailly Santos Gomes
56	Antônio Marcos R. Santos
57	Marcia Alcileide da Silva
58	Samara Mariana dos Anjos Silva
59	Yvone Lúcia de Almeida
60	Gei Anderson Gomes Adilson



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº I

Publicado em 02 de janeiro de 2026

EXPEDIENTE



Boletim Oficial
PODER EXECUTIVO
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

George Ciro Monteiro de Farias
Prefeito

End.: Rua Ariano Suassuna, Nº 363 - Centro
Cep.: 58.680-000 – Taperoá – PB

Fones: (83) 3463-2581/3463-2035
Email: prefeitura@taperoa.pb.gov.br